

MATERNIDADE E A PERMANÊNCIA VIVENCIADA POR ESTUDANTES EM PEDAGOGIA DO IFPA

MOTHERHOOD EXPERIENCED BY STUDENTS IN IFPA'S UNDERGRADUATE
EDUCATION PROGRAM

Nayara de Cássia Silva da Silva¹
ORCID 0009-0000-7020-6504

Márcia Cristina Lopes e Silva²
ORCID 0000-0003-4864-1256

Resumo:

O presente artigo analisa os desafios enfrentados por mães/estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFPA - *Campus* Belém. O estudo tem como objetivo analisar as percepções das mães na sua trajetória acadêmica, compreender a importância do acolhimento institucional e familiar durante o curso, e investigar de que maneira a experiência da maternidade impacta nos estudos das discentes. De caráter exploratório, a pesquisa combina levantamento bibliográfico e abordagem qualitativa, entrevistas semiestruturadas com estudantes e gestores. A partir das respostas, emergiram categorias temáticas que orientaram a análise crítica dos dados. Essa análise foi fundamentada por Minayo (2001) e Gil (1999), valorizando os significados, contradições e vivências das participantes. Os dados foram interpretados em diálogo com os referenciais teóricos, fortalecendo a reflexão sobre maternidade no ensino superior. Os resultados revelam que a falta de infraestrutura adequada, como salas de amamentação e brinquedotecas, intensifica a sobrecarga das alunas, dificultando sua permanência no curso. Apesar do reconhecimento da demanda pela gestão, as ações implementadas permanecem insuficientes. Assim, recomenda-se a efetivação de políticas institucionais, criação de infraestrutura adequada. A implementação dessas medidas pode reduzir a evasão e garantir a conclusão do curso com equidade, fortalecendo a democratização do ensino superior.

Palavras-chave: Maternidade. Permanência. Apoio institucional.

Abstract:

This article analyzes the challenges faced by university mothers enrolled in the undergraduate program in Education at IFPA (Federal Institute of Pará), highlighting the absence of established institutional policies and the existing pedagogical and structural limitations. The study examines how motherhood affects academic persistence, identifies the specific difficulties encountered by

¹ Cursando o Oitavo Semestre do Curso de Licenciatura em Pedagogia no Instituto Federal do Pará (IFPA), Campus Belém-Pará- Brasil.

² Prof. Dra. do Departamento de Educação do Instituto Federal do Pará (IFPA), Campus Belém. Líder do Grupo de Pesquisa de Formação de Professores: saberes e práticas educativas da Amazônia paraense Belém- Pará-Brasil.

these students, and explores potential strategies for reducing dropout rates. The exploratory research employs a mixed-methods approach, combining a literature review with qualitative data collected through semi-structured interviews with students and administrators. Data were analyzed using Bardin's content analysis technique to identify recurring patterns and meanings expressed by participants. The results reveal that inadequate infrastructure, such as breastfeeding rooms and childcare facilities, exacerbates the burdens on student mothers, thereby hindering their academic progress. Despite administrative recognition of these needs, current interventions remain insufficient. Therefore, the development of targeted policies, the creation of inclusive infrastructure, and the provision of teacher training are recommended. The implementation of these measures has the potential to reduce dropout rates and promote equitable course completion, ultimately contributing to the democratization of higher education.

Keywords: Motherhood. Academic persistence. Institutional support.

INTRODUÇÃO

O estudo em questão buscou analisar a realidade das mães universitárias do curso de Pedagogia do Instituto Federal do Pará (IFPA), *campus* Belém, considerando suas trajetórias em busca da graduação, bem como as políticas institucionais que as envolvem, as dificuldades enfrentadas e os pontos que necessitam de melhorias. De acordo com Vieira e Amaral (2013), observa-se um crescimento significativo no número de mulheres ingressando no ensino superior. No entanto, tais avanços não eliminam o acúmulo de responsabilidades históricas atribuídas à figura feminina, como os cuidados domésticos e a criação dos filhos.

A maternidade, quando vivenciada durante a graduação, intensifica os desafios enfrentados pelas estudantes. Mesmo desempenhando papéis em múltiplas esferas — acadêmica, profissional e doméstica — a mulher continua sobrecarregada pelas expectativas sociais de dedicação total à família. A pesquisadora, que também é mãe e acadêmica, parte de uma vivência pessoal para construir este estudo, através da experiência com a criação do filho de 2 anos. Observando, igualmente, a trajetória de outras colegas em situação semelhante. A experiência compartilhada revela a necessidade de reflexão sobre a maternidade no espaço universitário, especialmente em relação à permanência dessas alunas nos cursos de licenciatura.

Autores, como Corrêa e Noronha (2004), destacam que a gravidez é um dos principais motivos para o trancamento de matrículas e a evasão de estudantes, resultado da desigualdade de gênero persistente na sociedade brasileira. A problemática envolve os desafios enfrentados pelas mães universitárias para conciliar suas responsabilidades acadêmicas e maternas, impactando diretamente em sua permanência no curso de Pedagogia. Para isso, os objetivos deste estudo incluem analisar as percepções das mães ao longo de sua trajetória acadêmica, compreender a importância do acolhimento institucional e familiar durante o curso, e investigar de que maneira a experiência da maternidade impacta a continuidade dessas discentes em seus estudos.

A pesquisa possui natureza básica, com levantamento bibliográfico, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, permitindo compreender profundamente as experiências das estudantes-mães e os desafios enfrentados na trajetória acadêmica. O levantamento bibliográfico foi conduzido de forma sistemática, iniciando-se com a delimitação do tema e a definição de palavras-chave como “maternidade”, “permanência” e “apoio institucional”. A busca foi realizada em bases acadêmicas como Google Acadêmico, periódicos da CAPES e repositórios

institucionais, priorizando fontes confiáveis como livros, artigos científicos, teses, dissertações, documentos legais e dados estatísticos. Entre as principais fontes utilizadas estão os relatórios do IBGE, como Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil (2023) e dados da PNAD Contínua (2022), que oferecem subsídios sobre carga doméstica, ocupação feminina e desigualdades estruturais ligadas à maternidade.

Entre os autores que ofereceram embasamento teórico para esta investigação, destacam-se Ribeiro (2017), ao discutir as tensões entre o projeto acadêmico e os ideais de maternidade; Menezes *et al.* (2012), que analisam o ingresso no ensino superior como estratégia de transformação social; Veloso e Almeida (2001) e Silva Filho *et al.* (2007), que abordam a evasão e a permanência no ensino superior; Brito (2021), ao tratar dos impactos da parentalidade sobre o desempenho acadêmico; e Dessen e Braz (2000), que exploram a importância da rede de apoio familiar na conciliação entre estudo e maternidade. Após a coleta, os materiais foram analisados criticamente, organizados de forma sistemática e utilizados para embasar teoricamente a investigação, em articulação com os dados empíricos.

O recorte temporal do levantamento bibliográfico abrangeu publicações no período de 1988 a 2023, combinando obras clássicas e documentos legais com produções acadêmicas contemporâneas. A escolha desse intervalo permitiu contemplar tanto referenciais teóricos consolidados, como Louro (1997) e Sardenberg e Costa (1994), quanto estudos recentes que refletem as transformações sociais e institucionais mais atuais sobre maternidade, permanência acadêmica e políticas públicas no ensino superior.

Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco estudantes regularmente matriculadas no curso de Pedagogia do IFPA, *campus* Belém, que vivenciaram a maternidade entre os anos de 2020 e 2024. As participantes tinham entre 20 e 29 anos de idade e eram mães de crianças com faixa etária entre 0 a 3 anos, período que exige atenção e cuidados intensos.

Também foram entrevistados dois membros da gestão institucional: o Diretor Geral juntamente com dois representantes do NAPNE (Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas) e o Diretor de Ensino, a fim de conhecer o posicionamento institucional sobre a temática. As entrevistas foram realizadas de forma presencial e online, conforme a disponibilidade dos participantes, e respeitaram os princípios éticos da pesquisa, incluindo o consentimento livre e esclarecido.

A opção pela análise qualitativa e crítica dos resultados justifica-se pela natureza do objeto investigado, que envolve experiências subjetivas, percepções e sentidos atribuídos por estudantes universitárias que vivenciam a maternidade durante a graduação. Esse tipo de abordagem permite compreender não apenas os fatos objetivos, mas também os significados construídos pelas participantes em seus contextos sociais, institucionais e afetivos.

Como destaca Minayo (2001, p. 21), essa abordagem trabalha com “o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”, permitindo uma leitura profunda da realidade social. Para Gil (1999, p. 42), “a pesquisa qualitativa caracteriza-se por trabalhar com o universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos sociais”.

Com base nesse referencial, optou-se pela análise crítica dos dados, que foi realizada a partir das respostas das entrevistadas, em diálogo com os autores que embasam esta pesquisa, tais como Veloso e Almeida (2001), Silva Filho *et al.* (2007), Menezes *et al.* (2012) e Silva *et al.* (2023). Essa escolha metodológica visa ir além da descrição, buscando interpretar as lógicas e tensões que atravessam os discursos das participantes, e contribuir para a construção de uma reflexão aprofundada sobre a maternidade no espaço acadêmico, considerando os aspectos institucionais, sociais e subjetivos envolvidos nas trajetórias estudantis das mulheres.

Dessa maneira, as principais temáticas, identificadas a partir das respostas das entrevistas, constituíram o ponto de partida para a análise dos dados desta pesquisa. Essas categorias foram sintetizadas, representando os núcleos de sentido que atravessam suas vivências no contexto acadêmico. A partir dessa sistematização, foi construído o Quadro 1, que organiza essas temáticas e orienta a discussão dos resultados ao longo do artigo.

Quadro 1- Principais temáticas apontadas pelas entrevistadas:

Temática	Percentual de participantes	Número de participantes
Impacto da Maternidade na Vida Acadêmica	100%	5/5
Necessidade de Suporte Institucional	100%	5/5
Políticas institucionais para a categoria	60%	3/5
Estrutura adequada para receber mães e filhos	100%	5/5

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024.

As falas das entrevistadas serão analisadas ao longo do texto, em articulação com o referencial teórico, com o objetivo de aprofundar a discussão. Para fins de organização e preservação da identidade das participantes, as estudantes foram identificadas como Entrevistada 1, Entrevistada 2, Entrevistada 3, Entrevistada 4 e Entrevistada 5. Os representantes da gestão institucional foram nomeados como Gestor 1 e Gestor 2.

Este artigo está organizado em quatro seções principais. Após esta introdução, a primeira seção, "Maternidade e percepções: a conquista das mulheres em espaços sociais", discute a trajetória das mulheres na sociedade, abordando sua inserção no ensino superior e no mercado de trabalho, com destaque para os desafios da maternidade. A segunda seção, "A maternidade na academia e o acolhimento institucional e familiar", explora o impacto da maternidade na trajetória acadêmica, analisando o acolhimento institucional e familiar, trazendo também dados da pesquisa de campo sobre a experiência das mães universitárias.

Em seguida, a terceira seção, "A retenção e a permanência de alunas que vivenciam a maternidade", aprofunda as dificuldades enfrentadas para permanecer no curso, com base nas entrevistas realizadas. Por fim, a seção final, "O que as vozes da maternidade têm a dizer? (Considerações Finais)", sintetiza os achados da pesquisa e aponta sugestões para aprimorar o suporte institucional e reduzir a evasão de alunas mães.

MATERNIDADE E PERCEPÇÕES: A CONQUISTA DAS MULHERES EM ESPAÇOS SOCIAIS

Historicamente, as mulheres foram tradicionalmente limitadas a funções domésticas, com foco principal no cuidado do lar e da família. A inserção ativa das mulheres na sociedade foi um processo lento e gradual, resultado de numerosas lutas e conquistas ao longo dos anos, os avanços alcançados tiveram grande contribuição dos movimentos feministas, os quais objetivaram a igualdade de gênero e melhores condições de vida (Sardenberg, 1994).

Infelizmente, mesmo que o público feminino tenha conquistado mais espaços sociais, ainda encontram diversas dificuldades apenas por serem mulheres. Louro (1997) discorre acerca das diferenças na educação para meninos e meninas. A mulher deveria ter mais educação do que instrução, ou seja, a mulher era preparada e educada para atuar na família, sendo mãe, exercendo seu papel na educação dos filhos, nas tarefas e organização do lar. Sendo assim, para as meninas, a instrução não era uma preocupação, pois elas iriam desempenhar funções que fossem exigidos esses conhecimentos.

Somente a partir de 1970 que houve um aumento significativo da entrada de mulheres em cursos de formação superior. “Nesse curto período, as mulheres conseguiram reverter um quadro de desigualdade histórica e consolidar uma nova realidade, em que são mais escolarizadas que o contingente masculino” (Guedes, 2008, p. 118). Acerca disto, Rosemberg discorre:

A educação das mulheres entrou na agenda da educação nacional dos anos de 1990 quando o Brasil, como outros países da América latina, viveu um intenso processo de reformas educacionais impulsionadas por organizações internacionais (UNESCO, UNICEF, Banco Mundial, entre outras), subsumidas nos compromissos da campanha “Educação Para Todos” (Rosemberg, 2012, p. 345).

As mudanças ocorridas ao longo do tempo em relação à educação das mulheres marcaram um avanço significativo para sua independência e participação na sociedade. Durante o século XX, através de lutas contínuas por direitos iguais, as mulheres começaram a conquistar espaços sociais importantes, incluindo a inserção no mercado de trabalho.

Esta transformação foi impulsionada por movimentos feministas que defendiam a igualdade de gênero e melhores condições de vida. Com a educação, as mulheres adquiriram conhecimento e habilidades que lhes permitiram alcançar uma presença cada vez mais visível e influente na esfera profissional. No entanto, apesar desses avanços, as mulheres continuam a enfrentar o desafio de equilibrar suas responsabilidades domésticas, compromissos familiares e a criação dos filhos, demonstrando a complexidade de suas jornadas rumo à igualdade.

Para Jesus (2018), a maternidade impacta diretamente a vida profissional e acadêmica das mulheres, especialmente em relação às oportunidades e à renda. Enquanto a chegada de um filho pode representar uma valorização para os homens no mercado de trabalho, para as mulheres isso se traduz em penalidades, como ausências, interrupções e menor rendimento.

Acerca da maternidade, Giordani *et al.* (2016) discorrem que, com a chegada de um filho, junto a ele é atrelado toda carga de responsabilidade e deveres a serem cumpridos, com isto, a vida da mulher muda completamente, sendo assim tais mudanças mexem diretamente com a identidade

feminina e implicam em suas relações pessoais, assim como em sua participação ativa na sociedade.

O nascimento de um filho gera diversas mudanças, dessa forma a mulher passa a assumir uma nova roupagem, no que diz respeito a sua vida como um todo, da relação consigo mesma e com os outros, dessa maneira causando mudanças de comportamento e postura. Dessa forma, identificam-se transformações na percepção de sua própria imagem. Além de que, a sociedade impõe comportamentos e atitudes que revelem a mulher como cumpridora de “seu dever”, e de suas obrigações. A mulher, portanto, tem sua vida totalmente modificada, no que diz respeito a si mesma, seu comportamento e sua vida em sociedade.

Com o avanço da educação e conquista das mulheres em espaços sociais, elas passam não somente a atuar no mercado de trabalho, mas também ocupam espaços acadêmicos, visto que anteriormente esses espaços eram reservados para o público masculino. Segundo Gonçalves e Ternove (2017, p. 122), “ao considerar as universidades como estruturas de dominação masculina, historicamente construídas, as mulheres tiveram que lutar por seus direitos para entrar nas universidades”.

Com as conquistas adquiridas no decorrer das décadas, surge o desejo de melhores condições de vida, e isto, em grande parte, se dá através dos estudos, de um curso técnico ou uma graduação, atrelada ao trabalho já exercido por essas mulheres. Deste modo, elas passam a ter duplas, triplas jornadas no seu dia. No entanto, mesmo com todos os avanços e conquistas, ainda é possível observar que as mulheres não estão presentes em todas as áreas universitárias.

A principal ocupação das mulheres nas universidades se dá principalmente por áreas sociais, humanas e de saúde. De acordo com Gonçalves e Ternove (2017), embora as mulheres estejam cada vez mais inseridas nos espaços universitários, elas tendem a optar por cursos na área de Ciências Humanas. Essa escolha pode estar relacionada ao menor preconceito enfrentado tanto no processo de formação acadêmica, quanto no exercício da profissão, funcionando como uma estratégia para obter um diploma de ensino superior, ascender profissionalmente e aumentar a renda familiar.

Entretanto, mesmo com as conquistas sociais alcançadas ao longo das últimas décadas, a responsabilização quase exclusiva das mulheres pelos cuidados com os filhos e pela manutenção do lar permanece como um traço estrutural da divisão sexual do trabalho. Como observa Probst (2015), as mulheres atuam no mercado de trabalho em jornada semelhante à dos homens, mas enfrentam uma dupla carga ao retornarem para o ambiente doméstico, onde seguem desempenhando funções que raramente são compartilhadas de forma equitativa. Essa sobreposição de tarefas evidencia o persistente desequilíbrio nas relações de gênero, refletindo não apenas em processos de desgaste físico e emocional, mas também em obstáculos concretos à plena inserção das mulheres em espaços como a universidade.

A partir dessa compreensão, é possível avançar para o debate sobre a maternidade na academia, onde essas dinâmicas se reproduzem com ainda maior intensidade. A ausência de políticas de acolhimento, o desconhecimento institucional sobre a realidade das mães estudantes e a precarização da infraestrutura revelam como o ambiente universitário ainda está alicerçado em uma lógica que invisibiliza trajetórias marcadas pelo cuidado. É nesse cenário que se torna

fundamental discutir o acolhimento institucional e familiar como estratégias para garantir a permanência estudantil com equidade.

A MATERNIDADE NA ACADEMIA E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E FAMILIAR

De acordo com Reis (2017), é esperado que os indivíduos busquem, ao ingressar em uma universidade, a satisfação profissional, pessoal e social. As mulheres, por sua vez, devido a diversas necessidades e as desigualdades de gênero históricas, buscam a emancipação em todas as esferas sociais, especialmente dentro do contexto universitário. Essa tensão entre o desejo de formação e as exigências da maternidade é evidente no relato da Entrevistada 1:

Como consegui a licença gestante, direito garantido às gestantes segundo a Lei, quase no fim da gravidez e no nascimento da minha filha, fiz algumas disciplinas em casa, com suporte e adaptações feitas pelo professor. Porém, após os seis meses precisei voltar e, como possam imaginar, não é nem um pouco fácil. [...] O impacto maior será não me formar no tempo esperado e com a minha turma (Entrevistada 1, 2024)

Embora o termo “licença gestante” e “licença maternidade” sejam comuns durante as entrevistas, vale ressaltar que o termo correto utilizado para o afastamento de estudantes gestantes não é “licença-maternidade”, mas sim “regime de exercícios domiciliares”, conforme previsto na Lei nº 6.202/1975 (Brasil, 1975). Essa legislação assegura às estudantes grávidas o direito de continuar seus estudos em casa a partir do oitavo mês de gestação até três meses após o parto, com possibilidade de prorrogação mediante atestado médico. O artigo 2º da lei estabelece que “em casos excepcionais, comprovado com atestado médico, o período de repouso poderá ser aumentado” (Brasil, 1975, local. 01) e que “em qualquer caso, é assegurado às estudantes em estado de gravidez o direito à prestação dos exames finais” (Brasil, 1975, local. 01).

Mesmo que as estudantes tenham o direito respaldado pela Lei nº 6.202/1975, as jovens ainda encontram dificuldades neste período e no seu retorno. Com o nascimento de um filho a vida da mulher muda completamente em diversos aspectos físicos, emocionais e sociais. Sendo uma experiência única e completamente transformadora, o que impacta todo o mundo ao seu redor, e sua percepção acerca de si mesma e sobre a nova jornada que será traçada.

Com a chegada da maternidade, há uma mudança significativa na hierarquia de prioridades da mulher, especialmente no que diz respeito à vida acadêmica e profissional. A dedicação intensa ao cuidado dos filhos, somada à responsabilidade pelas tarefas domésticas, faz com que a busca por um diploma ou o desenvolvimento de uma carreira passem a ocupar um lugar secundário. Em muitos casos, as mulheres se veem obrigadas a interromper temporariamente seus estudos ou sua trajetória profissional e, em situações mais extremas, ambas são interrompidas.

Essa pausa, embora necessária do ponto de vista do cuidado, pode resultar em diversos desafios quando há tentativa de retorno. Dificuldades como se readaptar à rotina acadêmica, o aumento das faltas por conta dos imprevistos da maternidade e a sobrecarga emocional tornam o processo de reinserção mais complexo. Além disso, essas mulheres enfrentam obstáculos para

cumprir prazos e acompanhar o ritmo de atividades exigido pelas instituições, o que reforça a necessidade de acolhimento, flexibilização e suporte institucional para garantir uma permanência com dignidade e justiça.

O problema é que a interrupção temporária da carreira para o cuidado de filhos pequenos significa uma desaceleração das atividades, e o retorno, em geral, acontece com dificuldades, seja quando a mulher se encontra na condição de profissional ou na condição de estudante universitária (Urpia; Sampaio, 2009, p. 31).

Em 2022, os dados do IBGE revelaram que a maternidade continua sendo um fator de desigualdade estrutural no acesso e permanência das mulheres no mercado de trabalho. Mulheres com crianças de até 6 anos de idade apresentaram um nível de ocupação 9,6 pontos percentuais inferior ao das mulheres sem filhos no domicílio (IBGE, 2023a), evidenciando os obstáculos adicionais enfrentados por aquelas que conciliam cuidado e atividade profissional. Além disso, a sobrecarga doméstica permanece desproporcional: as mulheres dedicaram, em média, 21,3 horas semanais aos cuidados de pessoas e afazeres domésticos, enquanto os homens destinaram apenas 11,7 horas para as mesmas atividades (IBGE, 2023b). Esses dados reforçam a urgência de políticas públicas e institucionais que reconheçam a maternidade como uma dimensão legítima da vida produtiva e educacional. A Entrevistada 2 compartilha uma experiência que evidencia esse cenário:

Eu tive que me afastar, optando pelo trancamento do curso, pois não tinha com quem deixar o bebê após o nascimento dele. Foi bem difícil. Tive que ir ao IFPA com uma semana após o nascimento. O meu parto foi cesariano e eu ainda estava com muita dor e caminhava com dificuldade (Entrevistada 2, 2024).

Esse relato reforça a ausência de suporte institucional e a sobrecarga física e emocional enfrentada pelas mães. Como apontam Moreno, Duarte e D’Affonseca (2020), a permanência dessas estudantes depende diretamente da existência de uma rede de apoio, tanto familiar quanto institucional, que permita conciliar as exigências da maternidade com as demandas acadêmicas. A falta de estrutura adequada nas instituições de ensino superior é um dos principais obstáculos relatados. A Entrevistada 3 afirma:

Nenhum suporte. Sempre que procurei, eles não me orientavam corretamente. Por isso estou sofrendo com isso até hoje. Já pensei em largar esse curso várias vezes (Entrevistada 3, 2024).

Diante do exposto, Brito (2021) reforça, em sua pesquisa com estudantes de medicina, que é de grande importância que ocorra a identificação e compreensão de como os efeitos tanto da maternidade, quanto da paternidade afetam no desempenho acadêmico desses estudantes, para serem efetuadas melhorias para atender esse público, favorecendo a permanência desses graduandos, bem como entendimento dos gestores e da equipe docente para estarem a par dos processos de como se deve conduzir e conciliar a jornada desses pais que além da graduação vivenciam a maternidade e paternidade, dessa forma, contribuindo para que o curso ocorra da

melhor forma, com mínimas pausas possíveis por parte desses pais, para que consigam, por fim, finalizar a graduação com excelência. A Entrevistada 5 complementa esse cenário:

A instituição não oferece suporte adequado para mães. Faltam fraldários e estrutura mínima, tornando inviável levar a criança para as aulas. Diante das dificuldades, prefiro faltar (Entrevistada 5, 2024).

No IFPA, *campus* Belém, atualmente não há, de forma estruturada, a disponibilização de fraldários nos banheiros, salas específicas para amamentação e preparo de leite, brinquedotecas ou espaços de convivência voltados para crianças. Também não foram identificadas normativas ou dispositivos que regulamentem a presença de filhos em sala de aula ou durante as atividades acadêmicas. A ausência dessas condições básicas compromete a permanência das estudantes-mães e evidencia a falta de um projeto institucional que reconheça e incorpore a maternidade como uma dimensão legítima da vida universitária.

A autora da pesquisa, por ter vivenciado diretamente os desafios da maternidade durante o percurso acadêmico, reúne condições para analisar com legitimidade as limitações enfrentadas por estudantes-mães. A ausência de infraestrutura adequada, como espaços para amamentação, brinquedotecas ou fraldários, impõe à comunidade estudantil estratégias individuais de conciliação entre cuidado e formação, muitas vezes sustentadas apenas por redes familiares de apoio. Essa vivência concreta reforça a compreensão de que tais espaços não são complementares, mas essenciais à permanência, ao rendimento e à dignidade dessas mulheres no ensino superior.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) aprovou, por meio da Portaria n.º 193 de 23 de fevereiro de 2010, as orientações para instalação de salas de apoio ao aleitamento materno em empresas públicas ou privadas. Nela, estão garantidas as condições adequadas para o aleitamento, em especial o aleitamento materno exclusivo, nos locais de trabalho (12). No entanto, esse direito não é estendido às mães universitárias, submetendo-as ao aleitamento em locais inadequados (Soares *et al*, 2017, p. 287).

Segundo o Ministério da Saúde, é recomendado o aleitamento materno até pelo menos os 2 anos de idade, sendo que para a Organização Mundial da Saúde (ONU), até os 6 meses de vida, o bebê deve ser amamentado exclusivamente em seio materno, este é capaz de suprir todas as necessidades para o bebê durante esse período. Além de beneficiar de diversas formas, o leite materno previne várias doenças e auxilia a saúde da mãe, evitando hemorragia pós parto, e também fortalece o vínculo de mãe e filho. Algo que é inviável para as alunas, pois o *campus* não tem estrutura para receber as estudantes com seus filhos.

Não existem programas ou bolsas de auxílio voltadas para este público, ou seja, as recém mães não têm nenhum apoio do IFPA Belém, seja para ajuda na locomoção que se torna bem mais difícil com crianças de colo, seja vínculos com creches que viabilizem a matrícula dessas crianças para que suas mães possam participar e se dedicar às aulas sem preocupação. Do mesmo modo não contam com ambientes adequados para que as mães possam usufruir com seus filhos para poderem assistir às aulas, ou mesmo creches dentro do *campus* para receber essas mães com suas crianças, para que possam realizar suas atividades acadêmicas de forma tranquila, sabendo que seus filhos estarão seguros e bem assistidos.

A ausência de apoio adequado dentro do *campus* Belém representa um grande obstáculo para o acesso e a permanência de mães no ensino superior. Nesse contexto, o suporte familiar torna-se essencial. A rede de apoio vai além da simples presença de alguém para cuidar da criança, ela proporciona segurança emocional à mãe, permitindo que ela direcione sua atenção a outras atividades, inclusive ao lazer, que é fundamental para o equilíbrio entre maternidade e vida acadêmica. Em muitos casos, essa rede é composta por avós, tios, primos, amigos ou pessoas de confiança fora do núcleo familiar. Dessen e Braz (2000) destacam o papel dos avós como suporte emocional, financeiro e prático. A Entrevistada 4 exemplifica essa importância:

Se não fosse minha mãe, eu não teria conseguido continuar. Ela cuida do meu filho enquanto estou na aula, me ajuda com tudo. É ela quem me dá força para não desistir (Entrevistada 4, 2024).

Esse apoio é ainda mais necessário diante da ausência de políticas públicas e institucionais eficazes. A ANUFEI (2013) informa que existem 26 unidades de educação infantil vinculadas a instituições de ensino superior no Brasil, sendo 19 delas associadas à rede ANUFEI. A gestão institucional reconhece essas demandas. O Gestor 1 e 2 relatam:

Estamos trabalhando juntamente ao NAPNE para melhorar a acessibilidade do *campus* para recebimento dessas mães com bebês, e dos demais alunos com necessidades específicas (Gestor 1, 2024)

Estamos avaliando a instalação de trocadores em todos os banheiros e a ampliação do NAPNE para incluir área de amamentação e brinquedoteca, garantindo melhor suporte para esse público (Gestor 2, 2024)

Essas iniciativas são passos importantes, mas ainda caminham lentamente. Como reforça Brito (2021), é necessário que as instituições desenvolvam estratégias concretas de acolhimento e adaptação, com monitoramento contínuo, para garantir que as mudanças sejam eficazes e atendam às necessidades reais das estudantes-mães.

As respostas destacam um padrão claro: a maternidade impõe desafios significativos para as mulheres que buscam concluir sua educação superior. A falta de suporte institucional adequado, como creches, infraestrutura adequada e políticas voltadas para este público, emerge como tópico recorrente entre as entrevistadas. As experiências compartilhadas por elas refletem uma realidade comum entre mães universitárias, que, frequentemente, enfrentam barreiras adicionais para equilibrar suas responsabilidades acadêmicas e maternas.

Além disso, a demanda por um ambiente mais acolhedor e suporte específico para mães universitárias é evidente. A implementação de espaços de cuidado infantil e políticas adequadas e efetivas poderiam proporcionar um ambiente mais favorável para essas mulheres, permitindo-lhes continuar seus estudos sem comprometer o cuidado de seus filhos. Acerca disto, a gestão diz que vislumbra melhorias, porém ainda caminham com passos lentos.

As melhorias planejadas pela instituição, como a instalação de trocadores nos banheiros e a ampliação dos espaços do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), representam avanços importantes rumo a uma universidade mais inclusiva. Contudo, a efetivação dessas medidas exige mais do que ações pontuais, mas requer o reconhecimento da

maternidade e da diversidade discente como dimensões legítimas da permanência acadêmica. Segundo Silva *et al.* (2023), é imprescindível que as instituições desenvolvam fatores de proteção capazes de garantir equidade para estudantes que vivenciam a maternidade, o cuidado e a sobrecarga não compartilhados.

A RETENÇÃO E A PERMANÊNCIA DE ALUNAS QUE VIVENCIAM A MATERNIDADE

Com a garantia dos direitos à educação assegurados segundo a Constituição Federal de 1988, é direito fundamental de todo cidadão o acesso à educação básica de qualidade. E a Lei de Diretrizes e Bases Nacional de Educação (LDB) ressalta tal importância. As mulheres passam a ter seu direito garantido aos espaços universitários. No entanto, as mulheres que vivem a maternidade juntamente ao processo de graduação transitam por muitas dificuldades para permanecer no curso, é comum que as mulheres percorram por diferentes situações que não conseguem permanecer, dessa forma causando a evasão das mesmas. A entrevistada 1, exemplifica:

Consegui a licença gestante perto do fim da gravidez e fiz algumas disciplinas em casa com suporte. Porém, após seis meses, precisei voltar, e conciliar os estudos com os cuidados do bebê tem sido muito difícil. [...] O grande desafio é equilibrar as demandas acadêmicas com imprevistos da maternidade (Entrevistada 1, 2024).

A sobrecarga de tarefas, a imprevisibilidade da rotina materna e a falta de suporte contínuo tornam o retorno às aulas um processo exaustivo. A Entrevistada 5 reforça essa limitação:

Por meio da licença gestante foi possível fazer algumas disciplinas e trabalhos [...]. Mas isto não evitou que eu reprovasse em disciplinas mesmo nesse período por não conseguir acompanhar e entregar os trabalhos dentro do prazo (Entrevistada 5, 2024).

Esses relatos evidenciam que, embora a legislação voltada à proteção da maternidade represente um avanço na garantia de direitos, ela não tem se mostrado suficiente para assegurar a permanência plena das mães no ensino superior. A existência formal de normas e dispositivos legais não implica, necessariamente, em sua aplicação efetiva no cotidiano acadêmico. Conforme apontam Veloso e Almeida (2001) e Silva Filho *et al.* (2007), a evasão desse grupo específico é agravada pela ausência de políticas institucionais concretas, voltadas às demandas das estudantes em situação de vulnerabilidade social e parental. A falta de infraestrutura adequada, aliada à inexistência de ações de acolhimento e suporte contínuo, expõe essas alunas a sobrecargas que comprometem seu desempenho, aumentam o risco de abandono do curso e reforçam a desigualdade de acesso à educação superior.

Mesmo quando as estudantes conseguem retornar após o período de afastamento, enfrentam dificuldades para frequentar regularmente as aulas, cumprir horários e manter o rendimento acadêmico. Essa situação caracteriza o fenômeno da retenção, que antecede a evasão. Melo e Saldanha (2020) definem a retenção como um estágio de instabilidade acadêmica que

compromete a trajetória do estudante e gera maior investimento público, uma vez que o aluno permanece mais tempo na instituição sem concluir o curso. A Entrevistada 4 e 5 relatam:

Precisei me afastar do curso por dois semestres. Quando as aulas presenciais retornaram, após a pandemia, não tinha com quem deixar meu bebê, e viajar de Marituba/Belém com uma criança pequena era inviável (Entrevistada 4, 2024).

Ao retornar, tive dificuldades para conciliar os estudos e reprovei várias disciplinas. Inclusive já fui constrangida por servidores que minimizam a maternidade, apesar de minha gravidez ter sido de risco (Entrevistada 5, 2024).

Essas experiências revelam a ausência de políticas institucionais que sejam realizadas de forma efetiva para acolher mães estudantes. Vasconcelos e Silva (2011) discutem que a retenção pode ser causada por fatores como dificuldades com os estudos, trabalho e problemas financeiros. Embora a maternidade não tenha sido considerada nesses estudos como fator de retenção, os dados desta pesquisa demonstram que ela é, sim, um elemento central. A gestão institucional reconhece a lacuna. O Gestor 1 e 2 afirmam:

Não é feito nenhum projeto de busca ativa com essas alunas. [...] O núcleo só consegue atuar com as demandas que chegam até eles (Gestor 1, 2024).

Não há uma política específica para essa demanda, mas atuamos com projetos pontuais [...]. A comissão de permanência e êxito utiliza um termo de compromisso para apoiar aqueles que enfrentam dificuldades acadêmicas (Gestor 2, 2024)

No entanto, o que chama atenção é que, apesar das falas dos gestores e da ausência de conhecimento por parte das entrevistadas, o Instituto Federal do Pará já possui uma política específica voltada para estudantes com filhos pequenos. Trata-se do Programa de Permanência Parental na Educação (PROPEPE), instituído pela Resolução CONSUP/IFPA nº 1416, de 27 de fevereiro de 2025, que regulamenta a Política de Assistência Estudantil do IFPA. Segundo o Art. 54 da resolução, “o PROPEPE destina-se a criar infraestrutura física e de acolhimento, durante as atividades acadêmicas na instituição, direcionadas às necessidades materno e paterno-infantis de estudantes que sejam mãe ou pai de filho com até 6 anos de idade” (IFPA, 2025, p. 10).

A existência dessa política, desconhecida tanto pelas alunas quanto pelos próprios gestores entrevistados, evidencia um problema grave de comunicação institucional e de implementação. Embora o PROPEPE represente um avanço importante no papel, sua não efetivação na prática reforça a invisibilidade das mães universitárias e a fragilidade das ações voltadas à permanência estudantil para a categoria. A ausência de divulgação e de aplicação concreta do programa compromete sua eficácia e perpetua a exclusão silenciosa desse grupo.

A maternidade, ainda hoje, recai quase exclusivamente sobre as mulheres. Silva *et al.* (2015) destacam que o cuidado com os filhos é historicamente atribuído à figura materna, o que sobrecarrega emocional e fisicamente as mães. Essa sobrecarga é agravada pela ausência de suporte institucional e pela invisibilidade dessa realidade nas políticas educacionais. A Entrevistada 2 e 3 compartilham:

Tive que ir ao IFPA com uma semana após o nascimento. O meu parto foi cesariano e eu ainda estava com muita dor. Não tinha condições de continuar os estudos presencialmente (Entrevistada 2, 2024).

Nenhum suporte. Sempre que procurei, eles não me orientavam corretamente. Já pensei em largar esse curso várias vezes (Entrevistada 3, 2024).

Esses relatos demonstram, com clareza, que a maternidade se configura como um fator gerador de retenção. A experiência da Entrevistada 2, que precisou comparecer à instituição apenas uma semana após o parto, em condições físicas debilitadas, evidencia a ausência de acolhimento institucional. Já a fala da Entrevistada 3 revela o impacto emocional e psicológico gerado pela falta de orientação adequada, um tipo de negligência institucional que fragiliza a permanência da estudante e compromete seu desempenho.

Tais experiências não são casos isolados, mas sintomas de uma estrutura universitária que não reconhece a maternidade como uma dimensão legítima da vida estudantil. A não efetivação de políticas públicas e institucionais voltadas para esse público, como o Programa de Permanência Parental na Educação (PROPEPE), criado pela Resolução CONSUP/IFPA nº 1416/2025 e desconhecido pelas próprias participantes, reforça esse cenário de invisibilidade e omissão. A falta de suporte não apenas compromete o direito à educação, como também contribui para a retenção prolongada e, em muitos casos, para a evasão silenciosa.

Para muitas mães, concluir a graduação é mais do que obter um diploma, é um projeto de vida. Menezes *et al.* (2012) afirmam que o ingresso no ensino superior eleva as expectativas de renda e transformação social, sendo a graduação vista como um caminho para a autonomia e a melhoria das condições de vida da família, sobretudo para os filhos.

Nesse sentido, garantir a permanência dessas mulheres é uma questão de justiça social. O IFPA, *campus* Belém, deve efetivar as políticas de acolhimento, com infraestrutura adequada, acompanhamento pedagógico e ações afirmativas que reconheçam a maternidade como parte da diversidade do corpo discente.

O QUE AS VOZES DA MATERNIDADE TÊM A DIZER? (CONSIDERAÇÕES FINAIS)

A presente pesquisa revelou que a maternidade, quando vivenciada no contexto universitário, não se limita a uma experiência pessoal: ela é um marcador social que expõe desigualdades estruturais, culturais e institucionais ainda presentes na educação superior. Ao analisar as percepções de mães universitárias do curso de Pedagogia do IFPA – *campus* Belém, foi possível compreender como a sobrecarga de funções, a falta de políticas efetivas e a precariedade da infraestrutura impactam diretamente a permanência, o desempenho e o bem-estar dessas estudantes.

As participantes relataram rotinas de exaustão, sobrecarga emocional e ausência de suporte institucional. O sentimento de solidão diante dos desafios da maternidade acadêmica é recorrente e evidencia o abismo entre o direito formal à educação e sua efetivação concreta. A maternidade, quando não amparada por políticas específicas que atendam às singularidades dessa experiência,

converte-se em fator gerador de retenção e de risco para a evasão universitária, um custo humano e institucional que não pode mais ser ignorado.

O estudo também evidenciou um dado alarmante: embora o IFPA *campus* Belém possua o Programa de Permanência Parental na Educação (PROPEPE), instituído pela Resolução CONSUP/IFPA nº 1416/2025, nem as alunas entrevistadas nem os gestores demonstraram conhecimento sobre sua existência. Essa ausência de articulação entre formulação política e aplicação prática revela um cenário de desinformação institucional que compromete a eficácia do programa e perpetua a invisibilidade das mães universitárias.

Diante disso, este estudo apresenta recomendações institucionais concretas e urgentes: criação e manutenção de creches universitárias ou convênios com instituições de educação infantil; instalação de salas de amamentação, fraldários e brinquedotecas nos *campus*; divulgação ativa e acessível do PROPEPE e de outras políticas de assistência estudantil; capacitação da equipe docente e técnica para acolher as especificidades da maternidade no contexto acadêmico; metodologias flexíveis e assertivas para estudantes em regime de exercícios domiciliares, conforme a Lei nº 6.202/1975; implementação de projetos de busca ativa para identificar e acompanhar mães em situação de vulnerabilidade.

Essas medidas não representam concessões, mas sim exigências fundamentais para assegurar o direito à educação com equidade e dignidade. A maternidade não pode continuar sendo um fator de exclusão silenciosa, é preciso que as instituições reconheçam a pluralidade de trajetórias e se comprometam com a construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo para todos, especialmente para as estudantes mães.

Este estudo também carrega uma dimensão pessoal: a própria autora vivenciou os desafios da maternidade durante sua formação acadêmica, reconhecendo com legitimidade os esforços exigidos para conciliar cuidado, estudo e sonhos. Este percurso fortaleceu o olhar analítico sobre o tema e reafirma o compromisso desta pesquisa com a transformação social, a justiça educacional e a valorização da experiência das mães universitárias.

Ao articular maternidade, permanência e gênero no ensino superior, esta pesquisa contribui para ampliar o debate sobre inclusão e justiça social, desafiando as instituições a repensarem suas práticas e políticas de maneira comprometida com a diversidade real do seu corpo discente.

Conclui-se que investir na permanência de mães universitárias é investir na transformação de vidas e na democratização da educação. Garantir que essas mulheres não apenas ingressem, mas concluam seus cursos com dignidade, é um passo fundamental para a construção de uma universidade mais justa, humana e comprometida com as trajetórias múltiplas que nela coexistem.

REFERÊNCIAS

ANUUFEL. **Listagem das creches universitárias do Brasil associadas à ANUUFEL**. Associação Nacional das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil, 2013. Disponível em: <https://sites.google.com/view/anuufel/quem-somos>. Acesso em: 18 abr. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975 - Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares.** Brasília: Esplanada dos Ministérios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6202.htm. Acesso em: 8 abr. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 193, de 23 de fevereiro de 2010.** Brasília: Diário Oficial da União, 2010. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/prt0193_23_02_2010.html. Acesso em: 10 maio 2024.

BRITO, Q. H. F., AVENA, K. DE M., PORTILHO, E. M. L., PEREIRA, M. A., & QUINTANILHA, L. F. Maternidade, paternidade e vida acadêmica: impactos e percepções de mães e pais estudantes de medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 45, n. 4, p. e233, 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/9mjqC> Acesso em: 23 jul. 2025

DESSEN, M. A.; BRAZ, M. P. Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 16, n. 3, p. 221-231, set./dez. 2000. Disponível em: <https://encurtador.com.br/VG87i> Acesso em: 23 jul. 2025.

FABBRO, M. R. C.; HELOANI, J. R. M. Mulher, maternidade e trabalho acadêmico. **Investigación y Educación en Enfermería**, v. 28, n. 2, p. 176-186, jul. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/iee/v28n2/v28n2a04.pdf> Acesso em 23 jul. 2025

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, J. P.; TERNOVOE, J. S. Desafios vivenciados por mulheres universitárias de Mato Grosso do Sul, que são mães, profissionais e donas de casa. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 2, p. 116-142, 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/8484> Acesso em 23 jul. 2025

GUEDES, M. C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 15, p. 117-132, 2008. Disponível em: <https://encurtador.com.br/keVxY> Acesso em 23 jul. 2025

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil.** 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua 2022 – Outras formas de trabalho.** Agência de Notícias IBGE, 2012, 2023b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621>. Acesso em: 20 maio 2024.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2023: resumo técnico.** Brasília: Ministério da Educação, 2023. Acesso em: 20 abr. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ (IFPA). **Resolução CONSUP/IFPA nº 1416, de 27 de fevereiro de 2025 - Regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.** Belém: IFPA, 2025. Disponível em:

<https://belem.ifpa.edu.br/docpublic/2025/marco-3/2048-resoluo-n-1416-2025-aprova-a-politica-de-assistencia-estudantil/file> . Acesso em: 01 mar. 2025.

JESUS, J. C. de. **Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência**. 2018. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FACEB27PW9/1/ppgdemografia_jordanacristinajesus_tesedoutorado.pdf. Acesso em: 8 maio 2024.

LOURO, G. L.; CATANI, D. **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

MATOS, M. I.; BORELLI, A. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PERROT, M. (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 126-147.

MELO, A. D. Q.; SALDANHA, S. M. C. A retenção dos alunos da Licenciatura em Química do IFCE, *campus* Quixadá: uma análise. **Educação, Escola e Sociedade**, v. 13, n. 15, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rees/article/view/1980> Acesso em 23 jul. 2025

MENEZES, R. S.; SANTOS, T. S.; VELOSO, N. O.; FREITAS, V. N.; SANTOS, M. S.; RAHIM, M. A. A. Maternidade, trabalho e formação: lidando com a necessidade de deixar os filhos. **Construção Psicopedagógica**, v. 20, n. 21, p. 23-47, 2012. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542012000200003 Acesso em 23 jul. 2025.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORENO, C. S.; DUARTE, G. M.; D’AFFONSECA, S. M. A **condição universitária e a vivência parental**. *Psicologia e Argumento*, v. 38, n. 1, p. 548-579, 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/26506>.

PROBST, E. R. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Instituto Catarinense de Pós-Graduação, 2015. Disponível em: <http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev0205.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, S. A. S. **Ser mãe na universidade: uma análise da percepção de alunas gestantes e nutrízes acerca das políticas de assistência social de uma IFES**. 2017. 31 f. Monografia (Graduação em Administração) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017. Disponível em: <https://encurtador.com.br/7qRIK> Acesso em 23 jul. 2025.

RIBEIRO, F. G. **Mães estudantes: desafios da maternidade e da permanência na Universidade enfrentados pelas alunas do Curso de Serviço Social da UnB**. 2016. 63 f., il.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Serviço Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/17382> Acesso em 23 jul. 2025.

ROSEMBERG, F. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PERROT, M. (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 9-550.

SANTOS, R. C.; SACRAMENTO, S. M. O antes, o depois e as principais conquistas femininas. **Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação**, v. 5, n. 1, p. 1-10, 2011. Disponível em: <https://revistas.usp.br/anagrama/article/view/35598> Acesso em: 23 jul. 2025.

SARDENBERG, C. M. B.; COSTA, A. A. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, M.; BINGHEMER, M. C. (Orgs.). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1994.

SILVA E FILHO, R.L.L.; MOTEJUNAS, P.R.; HIPÓLITO, O.; LOBO, M.B.C.M. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007. Disponível em: <https://encurtador.com.br/GUTOn> Acesso em: 23 jul. 2025.

SILVA, J. B.; SOARES, C.C.D; SILVA, P.M.C.; AZEVEDO, E.B.; SARAIVA, A.M.; FILHA, M.O.F. “Padecendo no paraíso”: as dificuldades encontradas pelas mães no cuidado à criança com sofrimento mental. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, p. 2-10, jul./set. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/25362> Acesso em: 23 jul. 2025.

SILVA, Márcia Cristina Lopes e. **Caminhos da interdisciplinaridade: da formação por área de conhecimento à prática educativa de egressos da licenciatura em educação do Campo-Procampo/IFPA, Campus de Castanhal, PA**. 2017. 317f. –Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/26673> Acesso em: 23 jul. 2025.

SOARES, L.S.; ROCHA, B. M. A.; COÊLHO E SILVA, D.; CARDOSO, R. R.; ROCHA, S. S.; SOUSA, T. R. A. Vivência de mães na conciliação entre aleitamento materno e estudos universitários. **Avances en Enfermería**, v. 35, n. 3, p. 284-292, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/av.enferm.v35n3.61539>. Acesso em: 23 jul. 2025.

SOBRINHO, J. D. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/dFtMDqfdWm75WSc5vKXHCtq/abstract/?lang=pt> Acesso em: 23 jul. 2025.

SOUSA, L. P.; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, p. 123-139, ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/PPDVW47HsgMgGQQCgYYfWgp/> Acesso em: 23 jul. 2025.

URPIA, A. M. O.; SAMPAIO, S. M. R. Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação maternidade–vida universitária. **Revista Recôncavos**, v. 3, n. 2, p. 30-43, nov. 2009. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/index.php/reconcavos/article/view/1094> Acesso em: 23 jul. 2025.

VASCONCELOS, A. L. F. S.; SILVA, M. N. Uma investigação sobre os fatores contribuintes na retenção dos alunos no curso de Ciências Contábeis em uma IFES: um desafio à gestão universitária. **Registro Contábil**, v. 2, n. 3, 2011. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/25913/1.10.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 23 jul. 2025.

VELOSO, T. C. M. A.; ALMEIDA, E. P. Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, *campus* universitário de Cuiabá: um processo de exclusão. **Revista Série – Estudos**, v. 1, n. 13, p. 133-148, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/564> Acesso em: 23 jul. 2025

VIEIRA, A. C.; SOUZA, P. B. M. de; ROCHA, D. S. da P. Vivências da maternidade durante a graduação: uma revisão sistemática. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 532–552, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/2172> Acesso em: 24 jul. 2025.

VIEIRA, A.; AMARAL, G. A. **A arte de ser beija-flor na tripla jornada de trabalho da mulher**. Saúde e Sociedade, v. 22, n. 2, p. 403-414, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/sYY4pGvn5HKn6L9dMrPFLfK/abstract/?lang=pt> Acesso em 23 jul. 2025.

Recebido em: 29 de julho de 2025

Aprovado em: 18 de dezembro de 2025